



ACÓRDÃO Nº682/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12491/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Humaitá
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Raimundo Alves de Aguiar (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2410/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Humaitá. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Humaitá, de responsabilidade do **Sr. Raimundo Alves de Aguiar**, exercício 2019, com fundamento no Art. 22, inciso I, da Lei nº 2423/1996;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Raimundo Alves de Aguiar**, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 15, do Relatório-Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, em virtude da impropriedade do Achado nº 01, que importa em inobservância de prazos legais, para remessa ao Tribunal, por meio informatizado ou documental, de balancetes mensais, nos moldes do Art. 308, I, a, do Regimento Interno - TCE/AM e Art. 54, I, a, da Lei nº 2.423/1996. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco)



ACÓRDÃO Nº682/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar ao gestor do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Humaitá- Humaitaprev** que adote as providências necessárias, junto à Prefeitura e à COHASB, a fim de cumprir o disposto no Art. 27, da Portaria MPS nº 402/08; e Art. 9º, IV, da Lei nº 9.717/98, no que diz respeito ao Achado nº 02;

10.4. Recomendar à **Prefeitura Municipal de Humaitá** e à **COHASB** que regularizem os repasses da contribuição patronal junto ao HUMAITAPREV, relativo ao Achado nº 02, sob pena de que sejam adotadas as medidas cabíveis, em caso de descumprimento;

10.5. Determinar à próxima comissão de inspeção ordinária que afira a efetividade do recolhimento da alíquota suplementar definida na Lei Municipal nº 682/2015 - GabPref e Decreto de nº 92/2018 - GabPref, Achado nº 06.

11- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Julho de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

De / / 

Fls. N° _____

Pág. 3

DSMM/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM